

(*alfaquer de Mouros*) capturée a été achetée 40 000 réis par plusieurs marchands juifs associés à l'almoxarife. Il s'agissait pour eux d'un véritable placement, car ils espéraient en tirer une forte rançon, mais ils ont été frustrés de leurs espérances car la libération du *caciz* a été ordonnée pour des raisons politiques<sup>68</sup>. Les prisonniers portugais étaient rachetés pour des sommes élevées, surtout les gentilshommes nombreux après la malheureuse retraite de la Mamora en 1515. Après la prise de Santa Cruz en 1541, il a fallu racheter aussi femmes et enfants pour les soustraire à l'esclavage<sup>69</sup>. Le nombre et la qualité des prisonniers lors de la bataille dite « des Trois Rois » en 1578 a fait que la charge a été extrêmement lourde pour le royaume et le gain énorme pour Ahmad al-Mansûr. Qu'il s'agisse d'achat d'esclaves, et plus encore de rachat de prisonniers cette activité suppose la disposition de fonds importants, et l'intervention de financiers juifs dans ce domaine n'est pas surprenante puisqu'ils ont la possibilité de faire des avances.

A la fin de ces quelques pages, on peut dire que l'étude du commerce portugais au Maroc aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles reste à faire à partir d'une documentation qui n'a guère été exploitée dans le détail. Elle permettrait de donner aux relations entre ces deux pays une autre dimension que celle faites surtout de violence suggérées par les chroniques. En regardant de près les textes, on se rend compte que les rapports entre les hommes de ce temps ont été complexes ici comme ailleurs : la guerre, la diplomatie, le commerce s'entremêlaient, les dogmes, les lois, ont dû souvent trouver des accommodements avec les intérêts.

<sup>68</sup> S.I.H.M., *Portugal*, t. II, doc. XXII, p. 80.

<sup>69</sup> Pierre de Cénival, *Op. cit.* pp. 144-147.

## A NAU SÃO TOMÉ, DIOGO DO COUTO E OLIVEIRA MARTINS

por

ANTÓNIO COIMBRA MARTINS

A Academia Real de História empenhou-se com pertinácia e êxito no inventário e divulgação do património histórico e literário português. Foi um primeiro impulso neste sentido, expressivo de um interesse do poder pela cultura, que, no decurso do século das luzes, seria repetido, e não cessaria. Não falando da Arcádia lusitana, menos claramente estatal, e consagrada à criação no domínio das Belas Letras, tínhamos a Régia Oficina Tipográfica, e finalmente a Academia Real das Ciências. A preparação, advento, sucessão e vigência destas instituições abarca o século.

A concepção do trágico-marítimo como inseparável da história de Portugal é contemporânea e afim da primeira Academia referida. Decerto a narração de naufrágios, como episódio ou tema de obras literárias, como objecto de relações avulsas, era muito mais antiga. Está presente n'Os *Lusíadas*, na *Peregrinação*; no poema de Jerónimo Corte-Real... A própria reflexão sobre a causa e o significado dos naufrágios suscita um capítulo do primeiro *Diálogo do Soldado práctico* (1569?) de Diogo do Couto. Mas a declaração da especificidade dos «trabalhos do mar» vividos pelos Portugueses em comparação com a tradição greco-latina das narrações sobre esse tema, com os perigos que enfrentam Ulisses ou Eneias, só se exprime claramente ao tempo da Academia Real. É verdade que Camões tinha consciência de um valor mais alto da sua matéria épica relativamente a tudo quanto a Musa antiga cantava, e destacava, nestes cantos, «as navegações grandes que fizeram» o sábio grego e o troiano, sobrepujando as verdadeiras façanhas portuguesas às fingidas e mentirosas das estranhas Musas. Mas o intuito proclamado d'Os *Lusíadas* é canto de triunfos e exortação a novas conquistas. Os trabalhos do mar e o trágico-marítimo ocorrem no poema, porque correspondem à verdade, e exprimem o preço que custa a glória de uma nação. Ocasionalmente. Episodicamente.

A Academia Real da História, ou a mentalidade do seu tempo, intentam constituir objectos culturais completos: todos os livros que escrevemos — é a Biblioteca lusitana; todas as palavras que constituem a língua — é o

Vocabulário de Bluteau; toda a genealogia da Casa real; todos os naufrágios que padecemos... E o académico Francisco Xavier de Santa Teresa, enquanto censor do Paço, escreve da colecção, constituída por frei Bernardo de Brito, «estou inteiramente persuadido que todas aquelas perigosas e longas viagens que, em diversos tempos, e em diversos mares, antigamente se fizeram, nenhuma semelhança têm com as que se lêem neste livro, não só com horror, mas com lástima». Trata-se de «funestas e melancólicas relações». Não só mais espantosas que as do sábio grego e do troiano... Que as dos navegadores modernos que o censor enumera... Mas de uma natureza diferente. Todas juntas, enfim, pode-se avaliar...

\*

A literatura de Diogo do Couto é muito rica em relações de naufrágios. Não que ele os tivesse vivido. Mas umas vezes terá conhecido pessoas que viveram algum, e lhe sobreviveram. Outras vezes ter-se-á baseado em relações impressas ou manuscritas. Enfim, terá colhido elementos na tradição oral, na lenda, que rapidamente se constituía, de proezas e catástrofes. Claro que, na sua obra, os trabalhos do mar, os naufrágios, são episódios, como n'Os Lusíadas. À *Década 7*, publicada desde 1616, e no prelo, para segunda edição, quando saiu o primeiro volume da *História trágico-marítima*, foi buscar frei Bernardo de Brito a *Relação da viagem e sucesso que tiveram as naus Águia e Garça*, que fez imprimir sem nome de autor; do manuscrito da *Vida de Paulo de Lima*, que já conheciam o marquês de Alegrete (secretário da Academia) e muito provavelmente Barbosa Machado, extraiu a *Relação do naufrágio da nau São Tomé [...] e dos grandes trabalhos que passou D. Paulo de Lima nas terras da Cafraria até sua morte*; esta figura no segundo volume da compilação. É uma primeira edição. No manuscrito e na edição da *Vida de Paulo de Lima* (que só virá a lume, em 1765, com censura de Barbosa Machado), o texto correspondente estende-se ao longo dos capítulos 32 a 41, último do livro. Na compilação de Bernardo de Brito, a divisão em capítulos desaparece, tanto na *Relação das naus Águia e Garça*, como na da nau São Tomé.

A *Vida de Paulo de Lima* fora composta por Diogo do Couto em 1611, a pedido da irmã do falecido fidalgo, e permaneceu inédita, portanto, mais de século e meio. A narração segue uma linha cronológica, que parte de tempos da *Década 7*, e termina em tempos da *Década 11*. Esta última, que se perdeu, ou não chegou a ser escrita, ou não o foi senão em sinopse, devia abranger os mandatos de Manuel de Sousa Coutinho e Matias de Albuquerque. Sousa Coutinho sucedeu em Goa a D. Duarte de Meneses, falecido repentinamente em 1588. Paulo de Lima esperava suceder ele mesmo. Despeitado, embarcou para o Reino, em Janeiro de 1589, na nau São Tomé.

A navegação começou nesse mês, o naufrágio consumou-se em Março, e de Março a Agosto durou o calvário dos escapados ao próprio naufrágio, que tinham conseguido lugar no batel da nau, através da «Cafraria». D. Paulo

expirou a 2 de Agosto. Sua mulher (Dona Beatriz) foi do número dos que conseguiram chegar a Moçambique, e de Moçambique regressaram a Goa.

Posteriores à designação de Sousa Coutinho, e indirecta consequência dela, estes acontecimentos integram-se, portanto, no âmbito da *Década 11*. A edição colectiva das *Décadas da Ásia* (salvo a de Bocarro) foi levada a cabo de 1777 a 1788. Nela figura, em volume próprio (1788), um epítome da *Década 11*, dado por encomenda dos editores, para suprir a falta da que teria composto o cronista; mas muitos passos do epítome, sobretudo na cópia do manuscrito correspondente, conservada na Biblioteca pública de Viseu, parecem denotar que o texto é do próprio Couto. Mediante arranjos e amputações, o cronista teria sido definitivamente esbulhado desta sua pequena obra, no próprio momento e pelo próprio facto de ela ter vindo a lume.

Como quer que seja, o texto do epítome impresso começa precisamente pela relação do desastre da nau São Tomé, precedentes e consequentes. A versão deste epítome é uma contracção da Relação completa que oferece a *Vida de Paulo de Lima*: quatro capítulos em vez de dez. Como o tempo da *Década 11* precede o de Sousa Coutinho, o quinto capítulo do epítome dá conta das primeiras decisões daquele vice-rei, numa volta atrás, consecutiva à imediata derivação da crónica que consiste na relação da nau São Tomé.

Assim, teve esta Relação, no séc. XVIII, três edições ou três versões: a da *História trágico-marítima*, a da *Vida de D. Paulo* e a da *Década 11* da Régia oficina tipográfica. No séc. XIX manifestar-se-ia de maneira mais surpreendente.

\*

Passamos por alto como terá sido apreciado o texto de Couto no decurso do prélio académico que opôs, em 1794, Francisco de São Luís (cardeal Saraiva) e o voltairiano Francisco Dias Gomes, que Herculano considerava grande aquilatador de méritos literários. Tratava-se de apurar qual seria literariamente preferível; se a *Vida de D. Paulo*, se a *Vida de D. João de Castro* de Jacinto Freire de Andrade. Já o marquês de Alegrete sugerira esta comparação. Em memórias que foram muito discutidas, São Luís defendeu Jacinto Freire, e Dias Gomes terçou armas por Diogo do Couto. Veio à colação no debate a nau São Tomé. São Luís achou que as reflexões em Couto degeneravam em declamações, e que o cronista via milagres onde os não havia. Não teria sido «assaz amante da liberdade de exprimir». Por estas ou por outras foram declarados vencedores Jacinto Freire e o seu paladino.

\*

A Academia Real das Ciências continuou e desenvolveu o intuito de desenterrar os monumentos, e também os documentos úteis ao conhecimento da nossa História e dos nossos historiadores. Promoveu a edição, em

1790, dos dois Diálogos do Soldado prático de Diogo do Couto, e, após as invasões francesas e as lutas liberais, activa e liberal, a *Colecção de notícias para a História e Geografia das Nações ultramarinas...* As *Lendas da Índia* custaram a sair. A compra do manuscrito e a publicação tinham sido decididas conjuntamente com as dos *Diálogos* de Couto. Mas a publicação só começou em 1858, e só terminou em 1866. Em 1877, de sua própria iniciativa, Costa Lobo publicou as *Memórias de um soldado da Índia*, que revelam a *Reformação da milícia* de Francisco Rodrigues da Silveira. Novamente por diligência da Academia, o *Livro das monções* faria gemer os prelos a partir de 1880.

Um ano antes tinha saído a *História de Portugal* de Oliveira Martins, cuja importância e êxito não necessitam ser lembrados. Sob o título *A Viagem da Índia* o historiador trata, no livro quarto, do que foi o nosso império do Oriente. A leitura atenta do texto revela a que ponto a inspiração, construção e a letra desse livro são devedoras à literatura que, desde a *História trágico-marítima*, vinha sendo desenterrada, sobre a Índia portuguesa, a vida no Estado e as guerras a partir do Estado, a carreira das Índias...

É uma síntese dos escritos e escritores, cuja edição tinha sido atrasada. Talvez se pudesse dizer uma desforra dos malditos... mas que também o próprio Oliveira Martins não trata com o escrúpulo devido.

Logo em epígrafe uma citação:

Dês o primeiro dia que com a vista e experiência me acabei de desenganar do grande erro em que até ali me trazia a fama das cousas da Índia [...] me nasceu logo um desejo ardentíssimo de [...] com todas minhas forças fazer por esta via um grande e extraordinário serviço...

Trata-se do início do cap. 1 do terceiro livro da *Reformação* na correcta edição Barreto/Winius/Teensma.

Aqui, Martins declara a fonte – *Reformação* (que apanhou em Costa Lobo), mas não localiza. Noutros passos, reproduzirá o mesmo Silveira, sem nomear, nem sequer pôr entre aspas o que transcreve. Como, por exemplo, sobre o primeiro desembarque do soldado na Índia:

Silveira

desembarcam sem um real de prata [...] aquele que não leva dinheiro ou carta para algum amigo ou parente, logo naquela primeira noite alberga pelos alpendres das igrejas, ou dentro de algum navio dos que na ribeira estão varados...

Martins

Desembarcando sem dinheiro em Goa [...] os que não tinham parentes ou amigo na capital da Índia, espalhavam-se [...] dormindo [...] debaixo dos alpendres das igrejas, ou nas galés e lanchas varadas na praia.

Das recentes revelações a mais utilizada são as *Lendas*. De Correia, o historiador lança em rodapé longos passos justificativos (logo no primeiro

capítulo); aduz informação que põe entre aspas, precedido de proposição declarativa: «Gaspar Correia diz do governador que...»; inversamente nomeia o autor em parênteses após a transcrição entre aspas, caso da descrição de Calaiate; ou parafraseia-o livre e longamente sem assinalar a fonte.

Um outro que nunca menciona, nem em rodapé nem no corpo do discurso, é Diogo do Couto. E, todavia, Couto revela-se fundamental na concepção e arquitectura de toda a *Viagem da Índia*, considerada por Camilo um magnífico livro que «entalha no espírito noções nítidas e profundas da vida portuguesa no Oriente». O romancista aplaude o alcance transcendente daqueles capítulos e declara de passagem a fonte, em que os colheu o (para ele) jovem historiador:

A viagem é referida com os encantos literários de uma alegoria. O desastre geral simboliza-se na catástrofe de D. Paulo de Lima, o opulento capitão que regressava à pátria com 14 000 pardaus – uma agonia acerba, referida por Diogo do Couto.

É verdade. A segunda parte do quarto e último capítulo da *Viagem da Índia* provém muito directamente e quase exclusivamente da *Vida de Paulo de Lima*. E, quando não, são ainda outros passos de Couto, de outras obras, que transcreve.

Voltamos à nau São Tomé. Aos três meses de viagem, começa a meter água. Os tripulantes vedam o rombo, e ficam animados, porque o tempo está bom. Prossegue a navegação.

Couto

entupiram o melhor que puderam aquele lugar, e com muitos saquinhos de arroz [...] com isto ficaram alguma cousa desaliviados, e água começou a ser menos na bomba, e assim foram seguindo seu caminho com bom tempo té altura de trinta e dous graus e meio do sul, cento e cinquenta léguas da baía da alagoa, e oitenta da mais chegada terra do Natal.

Martins

como o tempo estava bonança, não se afligiram demasiado, depois de terem vedado o rombo com sacas de arroz. E foram rumando para sul, até 32°, a 80 léguas da terra do Natal.

Era defeito de calafetagem. O improvisado arranjo não foi conseguido apenas com sacos de arroz, mas Oliveira Martins simplifica, em detrimento da verosimilhança. Couto aproveita a ocasião para uma daquelas objurgatórias, para que tinha grande vocação. E Oliveira Martins passa a objurgatória para o seu próprio discurso, aproveitando os termos de Couto, veementes e pitorescos.

Couto  
tudo nasceu do calafate, por cuja causa se perdem muitas naus [...] as mais ou todas andam a Deus misericórdia, por pouparem quatro cruzados,

Martins  
Tudo correu aos porões, clamando contra os calafates, por cuja causa as naus se perdiam, andando pelo mar a Deus misericórdia, por pouparem quatro cruzados.

Em Couto, «calafate» antes parece, no contexto, ser «calafetagem», que «calafetador». Oliveira Martins, na pressa da inspiração, interpretou ao contrário. Fosse a culpa de quem fosse, a calafetagem improvisada não ia aguentar, que o tempo mudou outra vez e as ondas altearam.

Couto  
em pouco espaço havia já seis palmos [de água] no porão

Martins  
Havia seis palmos de água no porão;

As pipas e outra madeira que iam no porão, boiando neste lago, ao sabor dos balanços, davam grandes pancadas no costado. Oliveira Martins juntou ao estrépito das pipas, que batiam de dentro, o das ondas que batiam por fora.

Couto  
o lastro do porão se começou a cobrir, e as pipas e pau preto, que por cima já andavam nadando de bordo a bordo, dando no costado tamanhas pancadas, que abalava toda a nau.

Martins  
Nos porões a carga nadava, e as pranchas de brasil, as pipas da aguada, e mais volumes boiando eram lançados pelos balanços do mar contra o costado, batido por fora com violência pelas ondas.

Todos então lutam contra a inundação. Na emergência distinguem-se diversamente D. Paulo e os frades, sempre muitos na carreira:

Couto  
... porque a água crescia, atravessaram os oficiais algumas entenas por cima das escotilhas de popa e de proa, pelas quais ordenaram muitos barris de seis almu-des, que desciam e subiam com facilidade,

Martins  
... estabeleceram forcas nas escotilhas, e por aí tiravam a água em barris, como de um poço.

Pormenoriza o cronista que D. Paulo, cuja mulher lembra, dava o exemplo neste aflito labor. Oliveira Martins não menciona Dona Beatriz, e gaba por outras palavras o esforço do fidalgo, comparando-o ao dos escravos. Condensando embora a narração de Couto, multiplica, aliás, as alusões a escravos e escravas que nela ocorrem.

Couto  
sendo D. Paulo de Lima, que nela ia com sua mulher, o primeiro...

Martins  
D. Paulo de Lima não fugia ao trabalho, puxando à corda como os escravos.

Graças aos religiosos que acudiram com mantimento material, além de espiritual, o trabalho era ininterrupto.

Couto  
os frades andavam pelo convés com biscoito, conservas e água, consolando a todos assim corporal, como espiritualmente.

Martins  
os frades iam com água e biscoitos, matando-lhes a fome e a sede, combatendo o cansaço com exortações, e recomendando contra a desesperança que confiassem na providência de Deus.

Mas a situação não cessa de se agravar. A narração de Oliveira Martins oferece um pormenor que não consta da relação da nau São Tomé, nem na *Vida de D. Paulo*, nem na *História trágico-marítima*. O capitão tinha consigo uma cruz de ouro com uma partícula do Santo Lenho engastada. Já todos, na nau em perigo, a viram, e puseram, num efeito da relíquia, grandes esperanças. Trata-se de acalmar a fúria das ondas. Com fio de retrós envolvem-se e atam-se a cruz e um prego, para a afundar, a uma espia enrolada à popa, e lança-se a relíquia ao mar. A cruz mergulha, e assim bem presa, segue os movimentos do navio.

Este acto de esperança num milagre, provém, sim, da relação do naufrágio da nau Santiago, ocorrido quatro anos antes do da nau São Tomé. Pode-a ter Oliveira Martins lido na compilação de frei Bernardo de Brito, em versão de Manuel Godinho Cardoso; ou, mais verosimilmente, em versão de Diogo do Couto, na *Década 10*, livro 7, capítulos 1, 2, e 3. É Couto quem empola mais o lance, anunciado até em título do referido capítulo 3.

A nau Santiago não fazia o trajecto Cochim/Lisboa, mas o inverso. O relicário não pertencia ao capitão da nau, mas ao padre frei Tomé Pinto, «o qual El-Rei mandava por Inquisidor da Índia». A nau embate nos «baixos da Índia»<sup>1</sup>, e imobiliza-se, meio-despedaçada. O mestre consegue lançar o esquife ao mar, embarca nele, mas recusa lugar ao Inquisidor. Mais tarde consegue-se pôr o batel a flutuar. Desta vez o Inquisidor embarca. O batel demanda a costa da Cafraria, e toma terra a duas léguas do rio de Quelimane. Ficou muita gente ainda no baixo fatal. Os mais aptos constroem jangadas. «De uma delas foi autor Rodrigo Miguéis Sota, piloto da nau,

<sup>1</sup> No seu livro publicado em 1963, *Dois roteiros do séc. XVI...*, o comandante Humberto Leitão estabelece (p. 100) que se trata do baixo da Judia, no canal de Moçambique, e não do baixo da Índia, como aparece impresso muitas vezes por erro de leitura. Na edição da *Década 10* vem «da Índia», mas, na *Vida de D. Paulo* (1763), «da Judia».

muito bom homem e bom oficial.» Este elogio é excepcional em Couto, que tem zanga aos pilotos.

Rodrigo Sota tinha posto na água a sua jangada, onde iam mais quarenta pessoas, quando lhes aparece «um caixão que era do padre frei Tomás Pinto». Abrem a arca, acham «um relicário que tinha dentro o lenho da Vera Cruz». É este que por último encontra Oliveira Martins. Mas não pertencia a um qualquer capitão – o da nau São Tomé, na sua viagem derradeira, era Estêvão da Veiga; era pertença do Inquisidor, que o trazia em muito boa estima.

Um dos da jangada pôs o relicário ao pescoço. Nisto começa o mar a engrossar. O perigo aumenta. O homem puxa do relicário...

## Couto

O amarrou a uma corda por popa; e o lançou ao mar [...] para por elas [reliquias] Deus nosso Senhor lhes aplacar aquele mar;

## Martins

Amarraram-na [...] ataram-na piedosamente a uma espia, lançaram-na pela popa, a ver se moderavam a sanha do mar.

Seguimos Couto. Anoitece. Começam então os da jangada a ouvir «muito claramente uma grande harmonia e música suavíssima...» Um coro celestial «canta claramente aqueles versos, que os padres da Companhia fizeram, para ensinarem a doutrina aos meninos, que dizem assim: *Todo o fiel cristão será obrigado a ter devoção de todo o coração à Santa Cruz de Cristo...*»

A música passa adiante da jangada como para mostrar o caminho. A jangada segue. Pouco antes de amanhecer cala-se a música. A jangada não muda de rumo. Cai a noite. Renova-se a música condutora. O intermitente prodígio dura nove ou dez dias. Os necessários à navegação. A jangada vai varar «entre o rio Quelimane e Luabo, que são as duas bocas que faz o grande rio de Cuamá...»

Na ponta da corda não se encontra o relicário. Couto interpreta: «levaram-no os anjos para a Glória. A esquirola do Santo Lenho nela permanecerá até ao juízo final. Nesse dia reunir-se-ão todos os fragmentos dispersos da cruz do Gólgota, esta será arvorada como uma bandeira diante da Divina Magestade».

Um Oliveira Martins, um Eça, um Flaubert admiravam, e exploraram às vezes, a potencialidade literária de narrações deste calibre, que, provavelmente sem conhecer a do milagre da cruz do Inquisidor, o cardeal Saraiva censurava em Diogo do Couto.

Oliveira Martins reteve o acto de fé, intrometeu-o na sua relação, como para a enriquecer em patético, mas recusou o milagre. Não sem induzir o leitor, por um momento, na ilusão de que ele se teria produzido:

A nau [São Tomé] rolava com as ondas, o Santo Lenho, seguro na popa, com um prego para o afundar, seguia os balanços do navio. Milagre! Milagre! exclamaram, quando o céu aclarou, amainando o vento, parecendo sossegar as ondas.

Como tantas vezes sucede, o escritor sobrepôs-se ao historiador. Está a jogar com a emoção do leitor. A aparência de bonança não se renova como a música de Couto. O narrador informa, e mete-se na pele das suas personagens: «O tempo recrescia; o Santo Lenho não queria protegê-los.»

A nau está condenada. Sentimento de D. Paulo, que Oliveira Martins, cortando o que acha desnecessário, reproduz textualmente, metendo desta vez a frase entre aspas, o que indica que não é sua, mas não de quem seja.

## Couto

... D. Paulo de Lima, como era bom cristão, e temente a Deus, havia que aquele castigo era por seus pecados;

## Martins

«D. Paulo havia que aquele castigo era por seus pecados.»

Acorreram ao batel. D. Paulo mandou descê-lo à água, e depois, lá dentro, de espada em punho, regulava a lotação.

## Couto

... lançaram o batel ao mar [...] sem D. Paulo, que se tinha metido dentro com uma espada na mão, lhes poder valer; porque se quis segurar dos marinheiros, que se não fossem nele, e o deixassem:

## Martins

... decidiram formalmente deitar o batel ao mar. Logo todos se precipitaram no barco [...] e D. Paulo em pé sobre o batel, com a espada e a adaga em punho, defendia-o, acutilando os invasores, como numa abordagem.

Entre as mulheres, a de D. Paulo de Lima (Beatriz), D. Joana de Mendonça, de grande reputação. Esta, viúva de Gonçalo Gomes de Azevedo, embarcara na malfadada nau com uma filhinha de menos de dois anos. Na emergência, houve que entregar a menina à ama, e deixar-se D. Joana amarrar para ser descida. Uma vez no batel, quer recuperar a filha pelo mesmo meio dos cordames improvisados. Mas a ama grita que só dará a menina, se a salvarem também a ela. Oliveira Martins resume, sem individualizar, a informação de Couto, e dando por ama uma escrava:

## Couto

D. Joana, vendo que lhe ficava a filha na nau, a qual via estar no colo de sua ama, que de lá lha mostrava com grandes prantos, e lástimas [...] moveu a todos a chegarem à nau, e pedirem a menina à ama, dizendo-lhe que a amarrasse a uma cassa, e a lançasse abaixo; o que ela não quis fazer, dizendo que não a havia de entregar: e nunca a puderam persuadir a outra cousa, por muito que sua Senhora lho pediu com lágrimas e piedades que puderam mover um tigre se tivera a criança em seus braços.

## Martins

Uma escrava, com o filho da senhora nos braços, mostrava-a de bordo à mãe, exigindo que a salvassem, se queriam salvar da morte a criança.

Oliveira Martins voltará à imagem patética da ama com a menina, mas evita os «braços do tigre». E atribui aos tripulantes deixados a bordo uma reflexão do próprio narrador na biografia de D. Paulo: se os homens não se tivessem separado e afrontado (batel e nau), em última análise teriam tido tempo de construir jangadas, como se conseguira no naufrágio anterior da nau Santiago.

D. Paulo, diz o cronista, «tinha perdido aquele seu nunca vencido ânimo». No transe, um único altruísta, segundo o cronista e o historiador.

## Couto

Afastando o batel um pouco, ficaram esperando de largo pelo padre frei Nicolau, da Ordem dos pregadores, que se não quis embarcar no batel sem confessar quantos ficavam na nau; que, pois a tanta gente lhe faltavam todas as consolações de corpo, lhe não faltassem as da alma. E assim confessou e consolou a todos com muita caridade chorando com eles suas misérias, e absolvendo-os assim em particular como em geral, e, porque não era possível chegar o batel a tomá-lo por força, porque estava apostado a ficar na nau para consolação daquela gente; mas tantas cousas lhe disse D. Paulo, e tantos protestos lhe fez com todos os mais que iam no batel, que se houve de lançar ao mar, e a nado se recolheu ao batel, onde foi mui festejado de todos por sua virtude e exemplo, que em toda aquela viagem deu,

Oliveira Martins, que lhe confere a dignidade de herói, omite a tenção de frei Nicolau, que teria sido ficar no navio com os condenados; fazer o seu ofício e ir-se embora, não parece o mais digno de admiração. Por outro lado, o historiador escurece a conduta de D. Paulo e dos do batel. Segundo Couto, piedoso, são estes que reclamam e obtêm que frei Nicolau salte da nau. Na *Viagem da Índia*, pelo contrário, só não fica lá, por, em perigo de vida, e na previsão do juízo, não quererem os do batel deixar morrer um padre. Aliás bom nadador, como ressalta de ambas as narrações.

Entrou o padre, agravou-se o caso. Foi preciso largar lastro. Couto descreve as operações a intervalos. Primeiro são deitadas ao mar seis pessoas: «... acharam-no os oficiais tão pejado [o batel], por ir muito carregado, e com todo o grosso debaixo de água, que fizeram grandes requerimentos que se lançassem algumas pessoas ao mar, para se poderem salvar as outras; o que aqueles fidalgos consentiram, deixando a eleição delas aos

## Martins

Neste desespero infernal e no meio da explosão de egoísmo feroz houve um único herói: um frade que não saiu de bordo, sem ter confessado todos os condenados. Absolvidos, lançou-se ao mar, e foi a nado agarrar-se ao batel que se afastava pesadamente: o hábito salvou-o porque os do barco não ousavam repelir o sacerdote, como repeliam os mais que vinham a nado. Na iminência da morte, escrupulizavam de matar um padre.

oficiais, que logo lançaram ao mar seis pessoas, que foram tomadas nos ares, e lançadas nele, onde foram submergidas pelas cruéis ondas sem mais aparecerem».

Faltavam víveres, e ainda assim sobrava peso. Couto faz a conta: «posto que estas seis pessoas se despejaram, ficaram no batel cento e quatro». De início, portanto, cento e dez (com frei Nicolau); cento e quatro após a primeira rejeição.

Era imprescindível ir buscar água potável e vinho. O batel aproximou-se da nau, donde os pobres obedientes, antes da catástrofe iminente, arre-messaram os barris pela borda fora; e quem mandava queria em troca devolver à proveniência «algumas pessoas, porque [o próprio batel] não estava para navegar» Mas «não puderam chegar à nau para fazer aquele despejo». Então o batel afastou-se, e novamente os fidalgos «deixaram os oficiais fazer seu ofício, os quais foram deitando ao mar algumas pessoas». Fidalgos não, entenda-se. Couto nomeia dois soldados e um mercador «duvidoso na Fé». Não foi tudo: «com estes homens lançaram também ao mar alguns escravos, que todos logo foram submersos daquelas cruéis ondas». Quando se meteram a contar, acharam «noventa e oito pessoas com as mulheres». Portanto, se, deitado o humano lastro pela primeira vez, restavam cento e quatro, apertavam-se cento e dez de início (com frei Nicolau) no batel, e, se finalmente se acharam noventa e oito, foi porque o segundo sacrifício abrangeu (como o primeiro) seis pessoas ao todo.

Oliveira Martins rematou um pouco de literatura com a conta:

Por toda essa noite de angústias, o batel vogou nas águas da nau: os remos não podiam vencer a força das ondas, e o vento arrojava-o para o mar. A carga era demasiada, e reconhecendo isto, deitaram fora seis homens; depois mais seis, ficando de 110, em 98, ao todo.

Couto escreverá mais adiante, quando o batel vara, e as pessoas se organizam em terra firme: «fazendo resenha da gente, acharam noventa e oito pessoas com as mulheres»...

O quadro do afundamento da nau, momento culminante da narração, reunirá, na *Viagem da Índia*, quatro elementos, todos presentes em Couto, mas nenhum deles nessa altura. O encenador, que é Oliveira Martins, seleccionou o que sentiu de mais efeito: o retábulo de Nossa Senhora rodeado de escravas rezando, os últimos gritos entre os que ficaram na nau, e os que se vão no batel; as luzes na noite; a escrava (em Couto, ama) com a filha de Joana de Mendonça. Provinham todos estes elementos de lugares diversos. Aqui se concentram, repetidos ou não. À custa de algumas contradições. «Os do batel viam no escuro da noite as luzes acesas», escreve Oliveira Martins. O cronista introduz por nota da hora a sua descrição do afundamento: «às dez horas do dia...» O patético diálogo entre os da nau e os do batel, se Couto é exacto, não seria mais possível. No batel já se tocava «o remo para terra». Os que lá iam, viram o desastre «sendo afastados da nau».

Em último lugar (em Oliveira Martins) a visão da criança abandonada, justamente ao soçobrar da São Tomé.

Finalmente, num clamor de gritos e numa coluna de fumo, a nau soçobrou: no alto do capitel da popa a escrava, com a criança nos braços, mostrava-a à mãe, desolada no batel. A nau soçobrou,

São dois parágrafos que Oliveira Martins consagra ao afundamento. No primeiro, o espectáculo é avistado do batel, e esta visão explica a narração. O segundo e último é antes já uma narração de romancista *Deus ex machina*: «Finalmente, num clamor de gritos» etc. No final de ambos, embora tendo-os tirado de outros e diversos lugares, o historiador segura-se, em transcrições literais mediante expressões de Couto.

Conclusão do primeiro parágrafo. O diálogo entre os que ficam e os que vão:

<p>Couto (quatro páginas atrás)</p> <p>Os de dentro [<i>da nau</i>] responderam com grandes gritos e prantos, pedindo misericórdia em vozes tão profundas e piedosas, que metiam medo e terror;</p>	<p>Martins</p> <p>pediam ainda que os salvassem [<i>os da nau</i>] em vozes tão profundas e piedosas, que metiam medo e terror.</p>
---	---

Conclusão do segundo parágrafo. Sobre a proveniência das riquezas perdidas.

<p>Couto (página seguinte à descrição do afundamento)</p> <p>[<i>nau que</i>] quase não tinha estimação, comida das ondas, submergida das águas, entesourando nas concavidades do mar tantas cousas assim dos que nela iam, como dos que ficavam na Índia, adquiridas pelos meios que Deus sabe.</p>	<p>Martins</p> <p>A nau soçobrou, enterrando consigo os homens, as mulheres e «e as cousas adquiridas pelos meios que Deus sabe»</p>
--	--

Desta vez o historiador usa as aspas para assinalar (discretamente, sem nota ou qualquer outro sinal) que a frase não é sua. No troço em paralelo precedente nem as aspas figuram.

\*

A nau soçobrou, o batel vogou. A 20 de Março (1589), à tarde, os passageiros avistaram terra. A 21, «surgiram na quebraça do mar». Desembarcaram. Estavam na terra dos Fumos, na Cafraria. Decidiram fazer caminho em direcção de Lourenço Marques. Organizaram a caravana.

Oliveira Martins vai continuar o seu decalque do livro de Couto, resumindo mais ainda. Organiza-se a caravana...

<p>Couto</p> <p>indo diante de todos o p. fr. António Capucho com um crucifixo arvorado,</p>	<p>Martins</p> <p>À frente ia um frade com a cruz alçada;</p>
--	---

Como vão as mulheres:

<p>Couto</p> <p>ordenaram das velas do batel dous andores amarrados em alguns remos para aquelas mulheres caminharem, os quais haviam de levar às costas os marinheiros e grumetes,</p>	<p>Martins</p> <p>as mulheres, umas de pé, outras em andores levados por marinheiros e grumetes, e feitos com os remos e velas do batel.</p>
---	--

Umás vinte páginas adiante, após descrições e peripécias, que Oliveira Martins omite, Couto explica como se deu «melhor ordem» ao cortejo. O historiador cola à frase acima informações da reorganização:

<p>Couto</p> <p>D. Paulo de Lima com a metade da gente e das armas, e o capitão com a outra detrás, e as mulheres no meio,</p>	<p>Martins</p> <p>D. Paulo de Lima com metade da gente e das armas, na cauda o capitão da nau com o resto; e, entre ambos, as mulheres,</p>
--	---

Segundo Couto, a nova ordem da caravana foi disposta ao quinto dia de caminho, e já a esse tempo centenas de Cafres a seguiam. Oliveira Martins intromete os Cafres na única descrição que (logo de início) faz da organização dos náufragos.

<p>Couto</p> <p>iam seguidos de alguns Cafres, que seriam derredor de trezentos,</p>	<p>Martins</p> <p>Seguiam a coluna bandos de Cafres,</p>
--	--

No relato do cronista, os Cafres tornam-se agressivos, de forma que o capitão (Estêvão da Veiga) e D. Paulo têm de reagir. Dispõem em consequência a coluna, e fazem-se a eles, disparando as espingardas, cujo estrondo põe em fuga os importunos. Decisão de combater:

<p>Couto</p> <p>O capitão e D. Paulo [...] puseram-se em um corpo [...] e foram acometer os Cafres,</p>	<p>Martins</p> <p>com quem por vezes tinham de pelejar,</p>
---	---

## Fuga dos Cafres:

Couto

todos juntos se deitaram pelo chão, e em gatinhas, como bugios em saltos, foram fugindo para os matos;

Martins

fugiam rebolando-se no chão em gatinhas, como bugios aos saltos.

Couto prossegue o seu relato, cheio de peripécias, e como baseado em experiência vivida. Aos Cafres agressivos, sucedem outros, «muito domésticos», que conduzem os nossos até uma grande lagoa, junto à qual lhes dispensam gasalhado, e à noite fazem grandes festas. O relato parece provir de um diário. No dia seguinte ao da «rústica recreação», o nosso piloto toma o sol. Era dia de Ramos. No seguinte, acham vestígios de precedente naufrágio (o da nau Santiago). Oliveira Martins sintetiza numa frase. Discurso do cronista:

tomou o piloto o sol, e achou estar aquela lagoa em vinte e seis graus e meio do sul [...] Este dia foi de Ramos [...] Ao outro dia [...] acharam algumas aduelas de pipas, e um pau de serra, e pedaços de tábuas e de outros paus; e os Cafres, que iam acompanhando os nossos, lhes disseram que aquilo fora de Portugueses que ali aportaram. Pelo que pareceu a todos que seria alguma das jangadas da nau Santiago, que se tinha perdido no baixo da Judia, que a corrente da lagoa levaria àquela parte; porque de algumas das que se fizeram, não se soube mais que de duas.

Oliveira Martins extrai do passo acima este sumo: «Na altura de 26° 30' depararam com os restos das jangadas da nau *Santiago*...» A esta breve frase, faz suceder um asserto de sua lavra sobre a fatalidade dos retornados, e o seu significado nacional: «uma sorte comum esperava no regresso todos os que vinham da Índia; e esses desastres eram os da nação, que em massa embarcava, e agora em massa também naufragava». Finalmente, junta à sua, para concluir o parágrafo, uma reflexão de Couto, na *Vida de D. Paulo*, quarenta páginas adiante do encontro dos destroços dados à costa. E dessa vez corta a sequência das primeiras palavras com o inciso «diz o cronista». Apenas isto, sem indicação do livro onde «diz»; nem de que cronista se trata. Passo de Couto, reproduzido pelo historiador entre aspas:

«Estas desventuras e outras, diz o cronista, que cada dia se vêem por esta carreira da Índia, puderam servir de balizas aos homens, principalmente aos fidalgos capitães de fortalezas, para nelas se moderarem e contentarem com o que Deus à boa mente lhes dá, e deixarem viver os pobres.»

No entanto, o intuito do cronista e o do historiador são diversos. O primeiro denuncia as prepotências e opressões na Índia; o segundo explica o destino de uma nação.

A partir de 26 graus e um quarto, diz Couto, foram os naufragos «entrando pela terra do rei de Manica». O historiador, sem a mínima preocupação com a ordem dos acontecimentos, faz suceder este passo à transcrição precedente: «Os naufragos, miseráveis e famintos, internaram-se em Manica...»

Traz Couto que o rei e o povo de Manica os recebem muito bem. Oliveira Martins compara: acharam «nos Cafres a protecção e carinho que negavam no Oriente aos naturais». E logo informa, dos naufragos, que se «dispersaram em várias direcções, indo uns por mar a Inhambane», e ficando outros, entre os quais D. Paulo, em povoação de uma ilha chamada Inhaca. Não é bem o que conta o cronista, mas o historiador não necessita de mais, e quer fechar o episódio. Couto refere: «D. Paulo de Lima parece que lhe adivinhava o coração algum grande mal naquela parte, e muitas vezes pediu a Jerónimo Leitão o quisesse levar daquela aldeia...» Jerónimo Leitão deixou passar os dias sem se determinar, e a espera e a irresolução foram fatais ao Hércules português.

Couto

de que ele [*D. Paulo*] veio a receber tanto desgosto, e dar em tanta melancolia, que caiu em cama, ou para melhor dizer no chão,

Martins

E na ilha de Inhaca D. Paulo «caiu em cama, ou para melhor dizer no chão»,

As aspas nossas conhecidas. À frase que destacam Oliveira Martins acrescenta apenas duas palavras: «e morreu». Em Couto só morreu D. Paulo sete dias mais tarde: «quando foi ao sétimo dia de sua caída deu a alma a Deus, nosso Senhor, a dous dias de Agosto...»<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Entre os escapados da nau São Tomé, quando se organizaram em coluna, figurava – lê-se na *Vida de D. Paulo* – um jovem chamado Diogo do Couto, como o cronista. Estoutro Diogo do Couto é o mesmo que, segundo a *Década 10*, partira para a Índia na nau Santiago. Tinha então dezasseis anos (como o futuro cronista quando ele mesmo deixou o Reino). Após o desastre no baixo da Judia, tendo-se afinal conseguido pôr o batel no mar, nadara para o batel, e, com súplicas e promessas, conseguira que o recolhessem. O batel foi varar em costa de África, mas os que nele iam, de tribo em tribo de naturais, foram deles maltratados. Valeu-lhes o jovem Diogo do Couto que, explorando por sua conta e risco as redondezas, foi dar ao rio de Quesungu, onde achou um pangaio do capitão português de Moçambique. Estabelecida a comunicação, os do batel foram levados a Sena, onde tínhamos um forte. Em Janeiro (1586) embarcaram para Moçambique, e o capitão de Moçambique cedeu-lhes uma naveta, que lhes permitiu irem invernar à Índia. O jovem Diogo do Couto lá ficou até embarcar, de regresso ao Reino, na mesma nau de D. Paulo. O cronista não diz, porém, se o seu homónimo conseguiu afinal regressar à Índia. Limita-se a notar que, ao tempo em que escreve (1611), julga estarem apenas vivas, dos naufragos da São Tomé, três damas: Dona Beatriz, viúva de D. Paulo; Dona Mariana, viúva de Guetterre de Monroy; e D. Joana de Mendonça, viúva de Gonçalo Gomes de Azevedo.

\*

A patética relação do naufrágio da nau São Tomé, e da lamentável peregrinação dos que, desembarcando do batel, puseram pé na Terra dos Fumos, e depois se embrenharam na Cafraria, servia à maravilha os desígnios do visionário da *História de Portugal*. A obra, que Francisco Dias Gomes defendera sem êxito, reabilita-se fornecendo a substância de uma narração para modernos, intensa, de desastre, calvário e morte. Ligando, saltando, tirando de um sítio para o outro, resumindo em geral, reproduzindo muitas vezes literalmente e até abusivamente, o nosso demolidor da geração de 70 pratica uma cirurgia de alta inspiração.

Mas, não considerando senão Couto, a adopção de vistas e trechos, nesta *Viagem da Índia*, não se limita à biografia de D. Paulo. Como vimos, revela o conhecimento da *Década 10*; e oferece transcrições flagrantes dos dois Diálogos, mesmo daquele (o mais antigo) que está hoje completamente esquecido. E até é esse – o primeiro Diálogo de Couto – o que terá talvez influenciado a própria concepção da alegoria que viu Camilo neste livro quarto. Sem embargo, referimos de início ao segundo – o que editou Rodrigues Lapa – a nossa comparação.

Os capitães da decadência sofrem derrotas, e reentram em Goa como triunfadores:

## Segundo Diálogo

Pois os capitães-mores das armadas vos gabo eu: recolhem-se às vezes com os focinhos quebrados e com alguns navios perdidos, e ao entrar da barra de Goa é tanta a bombardada, que não há quem se ouça; e ao sair em terra, tanta pluma e bizarrice, como se deixaram destruído o mundo;

## Martins

«os capitães-mores das armadas recolhem-se com os focinhos quebrados e com alguns navios perdidos. E ao entrar a barra de Goa, é tanta a bombardada que não há quem se ouça, e ao sair em terra tanta pluma e bizarrice, como se deixaram destruído o mundo.

Segue-se imediatamente, em Oliveira Martins, frase que, no segundo Diálogo, vem vinte páginas atrás:

## Segundo Diálogo

Não é bem que passe pela facilidade com que os capitães da Índia entram em Goa triunfando, esbombardeando, cheios de plumas e pontas de ouro, deixando muitos companheiros descabeçados pelas praias de Calecute...

## Martins

E não é bem, acrescenta outra testemunha, a facilidade com que os capitães da Índia entram em Goa triunfando, esbombardeando, cheios de plumas e pontas de ouro, deixando muitos companheiros descabeçados pelas praias de Calecute».

Oliveira Martins abre aspas no início da primeira transcrição, que fecha no fim da segunda. Mas distingue esta daquela atribuindo a segunda frase,

como se vê acima, a «outra testemunha». A testemunha é a mesma: o Soldado prático do Diálogo mais conhecido. Releve-se que, ao fim da primeira transcrição, Oliveira Martins remete para uma nota. Esta indica a sua *História da República romana*, como já tinha sucedido quando tratava da nau São Tomé.

Era perito na matéria. Na antiguidade romana. Mas nem por isso desdenha o que, sobre ela, diz (ou faz dizer) Diogo do Couto. O Soldado prático, no segundo Diálogo, explica, ora de uma maneira ora de outra, conforme convém ao seu intento momentâneo, a decadência do império romano. A certa altura sustenta que foi o princípio do fim venderem-se os cargos da justiça. O historiador tem esta opinião em consideração.

## Segundo Diálogo

o Império Romão não se começou a perder [...] senão depois que se começaram a vender os magistrados; e assim eu dou a Índia por acabada.

## Martins

Um cronista erudito escrevia: «O império Romano não se começou a perder, senão depois que se começaram a vender os magistrados; e assim eu dou a Índia por acabada.»

O cronista erudito é o Soldado, que se diz rústico e idiota. Diz, mas não é... Só não se entende por que motivo, ao longo de todo este quarto livro, Oliveira Martins, mostre às vezes embora que o passo não é seu, e nunca note de quem seja.

Casos de corrupção no Estado, que enumera, acham-se explicados e verberados no segundo Diálogo:

## Segundo Diálogo

Morreu o homem ab intestado...  
Queimou-se o índio ou o herege...

## Martins

As heranças jacentes que roubavam...  
Os cabedais do índio ou judeu queimado...

Mas muitos já o tinham sido no primeiro.

Em diferentes aspectos, a questão da moeda é abordada no segundo Diálogo; mas no primeiro é mais longo o Soldado sobre esse malefício: «E não se sabe ora moeda...» O mesmo com «o roubo do cofre dos órfãos», e outros abusos de que estes são vítimas. O segundo Diálogo toca no assunto, mas o primeiro é mais explícito: «aos órfãos se tomava o seu dinheiro»... O mesmo com os negócios da Matrícula. Oliveira Martins evoca «as matrículas dos soldados mortos ou nunca arrolados». No segundo Diálogo, «mortos de vinte anos vencem soldo, e paga-lho El-Rei»; no primeiro, lemos que «a Matrícula serve de estarem vencendo nela homens mortos de muitos anos...», e todo um capítulo deblatera sobre ladroeiros a que dá ocasião.

Juízes, pessoas que compraram o cargo. Já vimos. Testemunhas? Custam barato. Pretende o Soldado que é muito perigoso, na Índia, ser «da nação». Quem quiser arguir outra pessoa desse «defeito», não terá dificuldades. Voltamos ao segundo Diálogo:

## Segundo Diálogo

Ihe não faltarão testemunhas compradas a pardau.

## Martins

As testemunhas custavam em Goa a pardau por cabeça...

E as peitas? Corruptíssimo meio de obter despacho. Mas dessas só o primeiro Diálogo trata.

## Primeiro Diálogo

Está provado pelos padres confessores da Companhia [...] que peita se entende a que se toma da parte antes de despachar, e concerto que com ela fazeis por seu despacho; mas, se estas duas cousas não intervierem no negócio, se a parte foi despachada simplesmente e à boa fé lhe foi feita mercê [...] pode muito bem [...] depois de despachada, gratificar e agradecer o benefício recebido [...] se o não fizer será havido por ingrato...

## Martins

os padres confessores da *Companhia*, defendendo os que recebiam *luvas*, diziam que o nome de *peita* se entende só do que se toma da parte antes de despachar, e de concerto que se faça para o negócio. Mas se a parte for despachada, pode muito gratificar depois; é um agradecimento, e não uma peita.

No fragmento acima da *História de Portugal*, após a palavra *negócio*, chamada a remeter para nota. Outra vez a *História da República romana* em rodapé.

Acontece que um passo do segundo Diálogo seja colado a outro do primeiro. A certo dito, que o Soldado atribui a Nuno da Cunha no primeiro, justapõe-se uma bonita comparação no segundo.

## Primeiro Diálogo

dizia Nuno da Cunha, que [*os homens da Índia*] eram como os doentes da cólera, que tinham os gostos tão danados que...

## Martins

Nuno da Cunha dizia que os homens da Índia eram como os doentes de cólera, tinham os gostos danados;

## Segundo Diálogo

assim como os poetas contam que os que passam aquele rio Letes perdem a memória de tudo, assim os mais dos vice-reis em passando o cabo da Boa Esperança a perdem de tudo, e não sei se diga que o temor a Deus e ao rei.

## Martins

e o outro acrescentava que os vice-reis, ao passarem o cabo da Boa Esperança, perdiam de todo o temor a Deus, como perdem a memória os que passam o Letes.

Nuno da Cunha dizia (aduz o primeiro Soldado prático) e «outro» (*apud* Martins) acrescentava... mas quem é o outro? O outro, o segundo Soldado prático.

Assim Oliveira Martins se fia no Soldado prático, e tanto num Diálogo como no outro. Mas, relativamente ao próprio caso que está no cerne da alegoria – o naufrágio da nau São Tomé – as sugestões vêm do texto mais antigo. Curiosamente, o mais afastado, na data da composição, da *Vida de D. Paulo de Lima*, praticamente contemporânea esta do arranjo final de texto que terá sido feito, em vista do envio para o Reino, do segundo Diálogo.

Vejamos um pouco ideias e apreciações.

Oliveira Martins está de acordo com a condenação coutiana, já expressa no texto mais antigo, da liberalização e generalização do comércio das especiarias. Está de acordo com a teoria das duas idades, embora lembre a das quatro épocas, defendida pelo padre Manuel Godinho. Em contrapartida opõe-se implícita, mas radicalmente, à opinião do Soldado (primeiro Diálogo) sobre Martim Afonso de Sousa: este, diz o historiador, «pregou com o exemplo, francamente único, a abjecção em que a administração da Índia se tornara...». Para o Soldado, Martim Afonso é modelo a seguir e venerar.

Outra maneira de ver diversa: a idade da cavalaria não foi, para Oliveira Martins (mais próximo no seu negativismo, de Silveira) a da Virtude, como pretende Couto. Foi a da conquista, foi a do heroísmo, mas a partir de uma injustiça fundamental: «tirarem os Portugueses das produções da Ásia um fundo de riqueza para o Estado à força de armas», como escreveu António Caetano do Amaral, primeiro prefaciador (e editor) dos Diálogos de Couto.

Oliveira Martins desenvolve e comprova o que já o académico formulara. Amaral: «parecem [*os Portugueses*] leões raivosos, que não conhecem nesses homens [*das terras que vão descobrindo*] os seus semelhantes». Para Oliveira Martins, que preza os efeitos de contraste, «D. João de Castro era um herói e um santo». O Soldado prático preferia a virtude da administração, e o talento ou a sorte da aquisição de tesouros, que enaltecia em Martim Afonso.

Nenhuma destas considerações dá, porém, conta do fundamental. Tudo se passa como se tivesse sido o intuito moral de Diogo do Couto, expresso no primeiro Soldado prático, que inspirou a alegoria que o artista Oliveira Martins constrói, a partir do naufrágio da nau São Tomé. O capítulo que se intitula *Das muitas naus que se perdem na carreira da Índia*. Cada vez se perdem mais, argumenta o Soldado, porque as naus vão cada vez mais carregadas de pecados. Para Couto, perder-se a Índia era perder-se tudo. Para Oliveira Martins, perder-se a nau São Tomé ilustra o afundamento do Império.

A presença do primeiro Soldado prático no *Sumário da derrota* de Oliveira Martins, desde o embarque na nau São Tomé, transparece literalmente do discurso, onde mesmo o comparatista avisado só procuraria reminiscências da *Vida de D. Paulo de Lima*. Um dos passageiros profere uma frase de mau agoiro. Vem do (primeiro) Diálogo:

## Primeiro Diálogo

Vi lá naus mui mal escançadas, sepultura dos homens, vasos de desastres...

Martins

Aquele, que já três vezes fora à Índia [...] chamava às naus sepulturas de homens, vasos de desastres:

Aquele que diz tal coisa é o Soldado prático.  
O mesmo evoca uma tragédia.

## Primeiro Diálogo

Somente lembro [...] a nau Flamenga, que [...] das desventuras e trabalhos que se nela passaram [...] se pudera fazer um triste sumário

Martins

Narrava o naufrágio célebre da Flamenga,

Quem lembra que bem se poderia narrar é o Soldado prático. Quem empreende o sumário do naufrágio da São Tomé (apoiando-se em Couto) é Oliveira Martins.

Na cena do embarque, montada por Oliveira Martins, toma então a palavra alguém a quem talvez morda a consciência. Tem medo. E exprime-se em termos do Diálogo mais antigo:

## Primeiro Diálogo

[as naus] vão e vêm tão alastradas de pecados, que – dizem – visivelmente falam os demónios nelas em suas tormentas e trabalhos;

Martins

As naus iam e vinham tão alastradas de pecados, que nas tormentas se ouviam falar os demónios claramente.

Oliveira Martins gostou tanto desta ideia dos demónios nas tormentas, que a repete mais adiante, quando o temporal e a fúria do mar se conjugam contra a nau: «Água aberta e temporal desfeito: era um dia de juízo! Começaram a ouvir-se os demónios, e as mulheres a gritar em ais.»

O ano do naufrágio da nau São Tomé (1589), do desmoronamento do império, segundo Oliveira Martins, é também, por curiosa coincidência, o do primeiro requerimento de Diogo do Couto a Filipe II. Desmoronava-se o seu patriotismo?

\*

Nas suas *Notas sobre a Historiografia em Portugal*, apenas ao segundo volume da sua obra, de que nos vimos ocupando, Oliveira Martins discrimina três géneros principais da nossa literatura histórica quincentista: a literatura histórica ou história propriamente dita; a de erudição; e as crónicas e memórias. Neste último sector distingue ainda os livros que «constituem um corpo de informações para a história do tempo»; e «outro género de livros», que «revela o carácter da política e dos costumes, e nos deixa ver realmente

as personagens da História». Destoutro «género de livros» enumera uma dezena de títulos e o primeiro são os Diálogos do Soldado prático. Os Diálogos, no plural. O segundo lugar cabe ainda a Couto por via da sua *Vida de Paulo de Lima*. Em terceiro lugar vem *O Primor e honra*. As *Lendas da Índia* em sétimo. A *História trágico-marítima* em oitavo. E a *Peregrinação* em nono.

Na Bibliografia das suas *Tragédias da Índia*, que compreende vinte e dois títulos, Camilo coloca as *Lendas* de Gaspar Correia em primeiro lugar, as *Décadas* de Couto em segundo, e o *Soldado prático* em terceiro. Mas não diz qual *Soldado prático*... Em quarto, a *Vida de D. Paulo*. Em nono as *Memórias de um Soldado da Índia*, publicadas por Costa Lobo. Castanheda e Barros não figuram.

\*

O livro quarto da *História de Portugal* de Oliveira Martins organiza uma matéria, sustentada por transposições literais dos nossos cronistas e arbitristas, em gesta pessimista, afinada pelo espírito do tempo, em que se veriam afinidades com a que inspira a *Tetralogia* de Wagner, de que tanto se discutia desde a primeira representação integral, três anos antes da publicação da *História*. E a alegoria, que Camilo percebeu enquanto tal, resulta por isso, e talvez não só, comparável, no seu rápido apanhado, à que o próprio compositor-poeta espraçou ao longo dos quatro pilares da sua obra complexa. Por sinal, também *A Viagem da Índia* foi estruturada em quatro épocas. O deslumbramento perante o empenho posto na conquista do anel que asseguraria o domínio do mundo pela tirania do ouro, perante o esforço desenvolvido, e a reprovação da ambição, geradora de torpezas, estão presentes *mutatis mutandis* em Oliveira Martins. Havia similitudes nas referências evocadas ou evocáveis. Não o Reno, mas o Ganges, que «na terra celeste tinha o berço verdadeiro», chamara D. Manuel à grande empresa. Oliveira Martins repete: «os Mouros diziam que o mundo era um anel, e a pedra Ormuz». Albuquerque apoderou-se desta pedra e de Goa, chaves do oceano, e ofereceu os alicerces do império do Oriente. Os conquistadores não eram dos Völsungs, mas adquiriram a punho a dimensão dos maiores capitães das edulcoradas histórias grega e romana. Oliveira Martins insiste muito na percepção de Albuquerque como novo Alexandre, e nos modelos romanos de D. João de Castro. Como diz Couto, quem ia por vice-rei transformava-se ao dobrar o cabo de Boa Esperança. Os vice-reis tomavam-se por deuses que podiam tudo ao aproximar-se do seu Walhalla oriental. Já a triunfal entrada no Walhalla fora esquiçada no canto nono d'*Os Lusíadas*. Não faltou à gesta, que Oliveira Martins resume e condena, a espada de Siegfried, mas a pureza, embora D. João de Castro, segundo o historiador, tivesse sido um herói e um santo. A Paulo de Lima chamou-se o Hércules português. Também este se deixa insensivelmente perverter pelo filtro da ambição, e, desenganado – porque, na Índia, o desengano irremediável sucedia ao engano que dinamizava, como insinua Couto desde o título do seu

segundo Diálogo –, decidiu voltar ao Reino, mas carregado de riquezas. A alegoria culmina no naufrágio da nau São Tomé. Como no incêndio final do Walhalla. É o crepúsculo, ou o sinal do crepúsculo dos deuses. «O império submergiu-se», explica Oliveira Martins. É o fim da idade dos Deuses e dos gigantes, pervertidos pelo ouro. «Os salvados foram arrastando ainda, pela arenosa costa, uma vida de miséria e perdição» (Oliveira Martins). Entre eles D. Paulo, que não morrerá como Siegfried: cai no chão, como diz Couto e repete Oliveira Martins... nem Dona Beatriz procurará simultaneamente a morte, como Brunilde se lança ao braseiro, em que o seu amado se consome. À marcha de D. Paulo pela «arenosa costa» não conviria decerto a grandeza dramática, pomposa e electrizante da marcha fúnebre de Siegfried. É uma caminhada penosa e lamentável. Couto escrevera do Hércules português, que tinha afinal perdido todos os restos do seu grande ânimo. E frei Francisco Xavier de Santa Teresa, censor da *História trágico-marítima*, prevenira que as relações, que aprovava com admiração, inspiram mais lástima que todas as outras, antigas ou modernas, estrangeiras. Oliveira Martins encaminha o seu quarto livro para uma confirmação da profecia de um gigante. Nem Fafner, nem Fasolt, mas o Adamastor, que não nos perdoara a violação do Cabo, nem certamente a cobiça do ouro do Ganges: «a natureza ofendida punia-nos com a morte; e o destino implacável retribuía-nos todos os males com que tínhamos flagelado os outros». Aliás, nesta lapidar frase final, o historiador foga a outras filosofias, e faz sua a moral perfilhada e proclamada por Diogo do Couto, segundo a qual Deus sempre pune, e com tanto mais rigor quanto mais tarde. Para não destoar do progressismo dos anos 70, limita-se a substituir a ideia de Deus pelas da natureza e do destino.

## L'ASIE PORTUGAISE AU DÉBUT DU XVII<sup>e</sup> SIÈCLE. INTRODUCTION A UNE NOUVELLE LECTURE DE PIERRE DU JARRIC

por  
GENEVIÈVE BOUCHON

Jean Aubin et Denys Lombard ont joué tous deux un rôle déterminant dans la promotion de l'histoire indo-portugaise en France. Le premier pour y avoir consacré la plus grande partie de ses recherches et de son enseignement, le second pour en avoir perçu et proclamé l'importance pour l'histoire de l'Asie, et pour le soutien sans faille qu'il dispensait à tous ceux qui en abordaient l'étude.

L'inclination qui les portait l'un et l'autre vers l'expansion portugaise était-elle chose nouvelle en France ? Qui donc avant eux s'y était intéressé au point d'y consacrer des années de recherche ? Un silence de quatre siècles les sépare de leur précurseur, Pierre du Jarric, contemporain de Henri IV et de Montaigne, et témoin de l'apogée de la présence portugaise dans le monde.

Qui était Pierre du Jarric ? Né à Toulouse en 1582, il entra dans la Compagnie de Jésus à l'âge de seize ans, enseigna la philosophie et la théologie morale à Bordeaux quinze années durant et mourut à Saintes vers 1617. Entre temps, il rédige *l'Histoire des choses les plus mémorables advenues tant ez Indes orientales que autres païs de la découverte des Portugais, en l'establisement et progrès de la foy chrestienne et catholique, et principalement de ce que les religieux de la Compagnie de Jésus y ont faict et enduré pour la mesme fin depuis qu'ils y sont entrez jusques à l'an 1600, le tout recueilly des lettres et autres histoires qui en ont esté écrites cy-devant, et mis en ordre par le P. Pierre du Jarric, Tolosain, de la mesme Compagnie*. Ce long titre recouvre un ouvrage de 2465 pages in 4°, publié à Bordeaux de 1608 à 1614.

On s'étonne qu'une vie aussi austère et aussi brève que celle de Pierre du Jarric, confinée dans le Sud Ouest de la France, ait pu engendrer la plus complète et la plus brillante synthèse historique de l'Asie portugaise écrite à cette époque.

Pourquoi avait-il donc entrepris ce gigantesque ouvrage ? Pour remercier le roi de France Henri IV qui avait réhabilité la Compagnie de Jésus après l'époque troublée des guerres de religion, et aussi parce le roi voulait connaître toute la vérité sur les activités missionnaires – et probablement